

Eleições 2026: a porta para o futuro segue aberta

Lúcio Costa

09/10/2026

“Ide e pregai” pode servir, aqui, como imagem para um tempo que exige presença, diálogo e capacidade de levar ideias para onde a vida efetivamente acontece: nos bairros, nos locais de trabalho, nas universidades, nas entidades, nas ruas e nas redes.



Foto: Ricardo Stuckert

O primeiro turno de 2026 produziu uma das disputas presidenciais mais apertadas da redemocratização. Flávio Bolsonaro chegou ao segundo turno com 47,03% dos votos válidos, contra 45,16% de Lula, numa diferença de apenas 1,87 ponto percentual, ou cerca de 2,2 milhões de votos.

A pequena distância entre os dois candidatos mantém a disputa aberta. Mas a leitura das urnas precisa ir além da eleição presidencial. O resultado revela uma mudança importante na correlação de forças do país: de um lado, a ampliação significativa da presença institucional do PL e do campo bolsonarista; de outro, a permanência de uma esquerda que continua reunindo dezenas de milhões de votos, representação parlamentar expressiva e um movimento social organizado.

O avanço do bolsonarismo

O crescimento do PL em 2026 não inaugura sua presença institucional. O partido já era uma força expressiva no Congresso e nos estados. O que as urnas mostram agora é a **ampliação muito significativa de uma força que já estava instalada**.

Na Câmara, o PL passou de 97 para **121 deputados federais**. No Senado, elegeu 19 das 54 vagas em disputa e deverá iniciar 2027 com **28 senadores**.

A novidade, portanto, está no aumento da **densidade institucional, da capilaridade territorial e da capacidade de influência política** desse campo. A disputa não envolve apenas quem ocupará a Presidência, mas também a relação entre o Executivo e um Congresso no qual o PL passará a exercer peso ainda maior.

A esquerda permanece uma grande força nacional

Reconhecer esse avanço não significa concluir que a esquerda tenha desaparecido ou se tornado marginal.

Lula recebeu quase **54 milhões de votos**. A Federação **PT-PCdoB-PV** continuará entre as maiores forças da Câmara, ao lado de outras organizações do campo popular e progressista, como PSOL e Rede.

Há, além disso, uma dimensão que não aparece integralmente na contagem das cadeiras parlamentares: **o movimento social permanece**.

Sindicatos, movimentos populares urbanos e rurais, organizações de mulheres, movimento negro, movimentos indígenas, entidades estudantis, organizações comunitárias, ambientais, culturais e de direitos humanos continuam presentes na sociedade brasileira.

A correlação parlamentar não mede toda a força política existente. Salário, jornada de trabalho, emprego, moradia, transporte, saúde, educação, segurança e custo de vida continuam produzindo organização, reivindicações e ação coletiva.

O quadro que sai das urnas não é, portanto, de desaparecimento da esquerda. O que se apresenta é uma **correlação de forças mais difícil**, marcada pela forte expansão institucional do PL, mas diante de um campo popular que conserva peso eleitoral, partidário e social expressivo e, com ele, capacidade de resistência, organização e disputa dos rumos da política nacional.

O que estaria em jogo numa vitória de Flávio

Uma eventual vitória de Flávio Bolsonaro teria significado político maior do que a simples alternância de governo.

Ela colocaria a Presidência nas mãos do mesmo partido que chegará a 2027 com a maior bancada da Câmara e a maior bancada do Senado. Isso não significaria controle automático do Congresso, porque continuariam necessárias coalizões, mas ampliaria a capacidade política desse campo para impulsionar reformas econômicas, administrativas e institucionais.

Para setores progressistas, sindicais e movimentos sociais, esse cenário recoloca discussões sobre **direitos trabalhistas, proteção social, relações coletivas de trabalho, privatizações e papel do Estado**.

Também recoloca a questão democrática. A experiência recente do bolsonarismo foi marcada por conflitos institucionais e disputas em torno do sistema eleitoral e do Judiciário. Esses antecedentes não permitem prever automaticamente o comportamento de um eventual novo governo, mas ajudam a explicar por que parte da sociedade interpreta o segundo turno também como uma discussão sobre limites do poder, funcionamento das instituições e preservação democrática.

A dimensão internacional acrescenta outro elemento.

A proximidade política do bolsonarismo com Donald Trump é apresentada por seus apoiadores como possibilidade de alinhamento estratégico com os Estados Unidos. Sob uma perspectiva de esquerda, porém, coloca-se outra questão: **qual seria o grau de autonomia preservado pelo Brasil** em temas como relação com a China, BRICS, política industrial, comércio internacional, recursos naturais, Amazônia, tecnologia e plataformas digitais?

Nesse contexto, a preocupação pode ser formulada como **risco de integração subordinada à política externa dos Estados Unidos** e, particularmente, a uma estratégia de reafirmação da influência norteamericana na América Latina.

Nessa leitura, eventual afastamento dos BRICS e maior alinhamento automático a Washington poderiam reduzir a margem de autonomia internacional do Brasil.

Soberania, desenvolvimento nacional e capacidade de manter relações diversificadas com diferentes polos de poder passam, assim, a integrar o debate sobre o futuro do país.

Clique [AQUI](#) para ler o artigo completo.

Lúcio Costa é Advogado, especialista em Direito Eleitoral.

Compartilhe nas redes: